

A VERTIGEM DA DECADÊNCIA E OS DESAFIOS DO FUTURO: CRISES ECONÔMICAS, REGRESSÃO HISTÓRICA E CONFLITOS SOCIAIS

EL VÉRTIGO DE LA DECADENCIA Y RETOS FUTUROS: CRISIS ECONÓMICAS, REGRESIÓN HISTÓRICA Y CONFLICTOS SOCIALES

Valerio Arcary

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo/arcary@uol.com.br

Resumo

O ensaio traz uma análise acerca da conjuntura econômica e política do mundo contemporâneo, apontando os limites das alternativas apresentadas pelos Estados capitalistas para a superação da crise e as possibilidades de intervenção do movimento operário. O autor argumenta que a crise capitalista, aprofundada em 2008, não somente permanece aberta, mas suas consequências, a longo prazo, são imprevisíveis. O cenário atual aponta para alterações importantes no âmbito econômico, nada promissor, nos países centrais (EUA, União Europeia e Japão), com repercussão no nível de empobrecimento e de desigualdade social das suas populações, exigindo da classe trabalhadora posições mais radicais contra os ataques do capital às suas conquistas históricas.

Palavras-chave: Capitalismo. Crise econômica. Movimento operário.

Resumen

El ensayo presenta un análisis sobre la coyuntura económica y política del mundo contemporáneo, apuntando los límites de las alternativas presentadas por los Estados capitalistas para superar la crisis y las posibilidades de intervención del movimiento obrero. El

autor sostiene que la crisis capitalista, profundizada en 2008, no sólo sigue abierta, pero sus consecuencias, en el largo plazo, son impredecibles. El escenario actual apunta para grandes cambios en el ámbito económico, poco prometedor, en los países centrales (EE.UU., UE y Japón), con repercusiones en el nivel de empobrecimiento y desigualdad social de su población, exigiendo de la clase obrera posiciones más radicales en defensa de sus logros históricos y en contra los ataques del capital.

Palabras-clave: Capitalismo. Crisis económica. Movimiento obrero.

Desconfiá de quien tiene cara de malo, pero desconfiá más del que tiene cara de muy bueno
Sabedoria popular argentina

Se quiseres conhecer o vilão, põe-lhe uma vara na mão
Sabedoria popular portuguesa

Onde há uma vontade, há um caminho
Sabedoria popular chinesa

A hipótese deste texto é que a regulação social realizada pelos Estados europeus entrou em colapso de forma irreversível depois da precipitação da crise econômica mundial em 2008. Em patamares diversos, mais acentuadamente no sul da Europa do que no norte, já se abriu uma dinâmica histórica de regressão social. Grécia, Portugal, e Espanha, por exemplo, se latino-americanizam em ritmos assustadores em três anos.

Não obstante, nas sociedades contemporâneas urbanizadas, a destruição das condições médias de existência da maioria da população nunca pôde ser feita “a frio”, isto é, sem resistências colossais. O desafio, portanto, para as classes trabalhadoras europeias é construir uma força social de impacto que seja capaz de impedir os ajustes econômico-sociais que são impulsionados pela Troika e implementados pelos governos nacionais. O surgimento em 2010 na França de uma resistência de centenas de milhares nas ruas e, em 2011, de movimentos como os dos grevistas na Grécia, da geração “à rasca” em Portugal, ou dos indignados no Estado Espanhol, os maiores em décadas na Europa, sinaliza uma nova rebeldia entre os mais jovens. Uma energia, um vigor, enfim, uma disposição de lutar para vencer.

Se, contudo, não surgir uma resposta à escala europeia do movimento dos trabalhadores unificado com a revolta da juventude, será impossível derrotar o ajuste que as

burguesias europeias precisam realizar para preservar suas posições no mercado mundial. Esse processo ainda está em disputa. Devemos nos lembrar que, nas condições atuais, a destruição da regulação social que permanece ainda a mais avançada do mundo, teria consequências internacionais. Uma derrota tão séria não poderia deixar de estabelecer uma nova relação de forças entre as classes. Essa resposta ainda pode ser construída. Ainda há tempo. O internacionalismo deixou de ser somente uma fórmula programática justa, e passou a ser uma necessidade sindical e política urgente.

A classe trabalhadora europeia do início do século XXI é diferente do proletariado de trinta anos atrás, mas isso não autoriza a conclusão de que é mais fraca. É uma classe trabalhadora menos homogênea, em várias dimensões, que a da geração anterior, porque o peso social da classe operária industrial é menor. É uma classe com mais diferenciações sociais e culturais, com menor grau de participação nas organizações que a representam. É, também, uma classe menos confiante em si mesma, desgastada depois de décadas de pequenas derrotas que foram se acumulando.

Mas é, também, mais numerosa, mais concentrada, e muito mais instruída. É uma classe com o potencial de atrair para o seu campo uma maioria das classes médias pauperizadas. É uma classe mais consciente da amplitude internacional de sua luta e, sobretudo, muito mais crítica das velhas direções sindicais e políticas: a socialdemocracia e o estalinismo. Terá que aprender em prazos políticos curtos a grandeza real de sua força. Terá que romper com a influência dos velhos aparelhos, e construir novas organizações como instrumentos de luta para poder representar coletivamente seus interesses. Terá que descobrir a via de ruptura com os limites políticos do regime eleitoral de dominação que faz a blindagem do capital.

A ameaça de um futuro sinistro

A economia mundial continua na beira do abismo do perigo de uma depressão. A chave de interpretação da situação remete à evolução desta questão decisiva. A perspectiva de uma estagnação econômica internacional por até uma década merece ser caracterizada como uma etapa de decadência histórica do capitalismo. As consequências sociais e políticas são imprevisíveis. O empobrecimento, portanto, o crescimento da desigualdade social deve abrir uma situação de conflitos sociais somente comparável com os anos setenta, talvez mesmo os

anos trinta. A Europa permanece como o elo mais frágil do sistema, em especial, pelo grau de exposição ao risco do seu sistema financeiro, repletos de papéis podres, e viciados em dinheiro barato liberado pelos seus Bancos Centrais.

A sensação de relativo alívio que surgiu no primeiro semestre de 2012, em relação à indisfarçável inquietação do segundo semestre de 2011, foi alcançada porque, finalmente, se concluiu a renegociação da dívida grega, e o Banco Central Europeu liberou uma mega-empréstimo para o sistema financeiro, na escala hecatômica de quase um trilhão de euros. A outra alternativa em cima da mesa, a política contracionista dos bárbaros pré-keynesianos alemães de Merkel, que exige uma constitucionalização da austeridade de inspiração neoliberal pelos países da eurozona (política defendida, também, por alguns setores do Partido Republicano nos EUA), é ainda mais preocupante.

Mas este intervalo de desafogo não deve diminuir a incerteza. O desemprego na Europa continua aumentando, em particular, entre os jovens: na Espanha superou o nível de incríveis 50%. A evolução do mercado de trabalho na economia norte-americana permanece em ritmo catatônico-vegetativo, mas, por enquanto, o FED não realizou uma nova rodada de quantitative easing (QE), ou seja, de emissão de dólares, o tsunami financeiro que Obama promove para encarecer as exportações da Ásia, África e América Latina. As relações entre o centro e a periferia do capitalismo deverão conhecer transformações reacionárias como reprimarização e, em algumas regiões, desnacionalização, desindustrialização e recolonização.

O argumento deste artigo é que a vertigem do declínio histórico ameaça a Europa. Um futuro mais perigoso, politicamente, se desenha no horizonte, à escala mundial. Três projeções terríveis se apresentam como, mais do que plausíveis, prováveis: (a) a confirmação da tendência a uma queda acentuada do salário médio em todos os países centrais (EUA, União Européia e Japão), diminuindo a distância que separam os custos produtivos com os países da periferia (América Latina, Ásia e África); (b) o desemprego supera os 10% da população economicamente ativa à escala européia, mas supera os 20% entre os jovens. Pela primeira vez, desde 1945, a geração mais jovem, se não lutar com a determinação de vencer, será mais pobre que a mais velha; (c) a revogação das políticas públicas do chamado bem estar social, sendo a previdência dos mais velhos, o salário desemprego dos ativos, e o acesso à educação gratuita dos mais jovens, três dos alvos prioritários dos ajustes.

Sempre foi variável, em cada sociedade, a capacidade de absorção dessa elevação da iniquidade. O que foi considerado monstruoso, porém, suportável pelas massas populares em algumas nações, como a superinflação acima dos 100% ao ano (Brasil, 1982/92), ou o desemprego acima de um terço da população economicamente ativa (Argentina, 1995/2001), demonstrou-se intolerável em outras (Bolívia, 1985).

A crise econômica e a disputa ideológica sobre o seu significado

Foi argumentado à exaustão pelos estudiosos de inspiração liberal que as crises seriam uma forma de regulação econômica austera, rigorosa, severa, mas necessária, e até benigna, porque, apesar de produzirem, transitoriamente, uma destruição das empresas menos eficientes, permitiriam criar, posteriormente, condições mais favoráveis para o crescimento. Acrescentaram que as economias europeias precisavam se adaptar às condições competitivas adversas no mercado mundial. A ruína do modelo europeu de políticas sociais seria compensado, no futuro, pelos ganhos de produtividade. Este tipo de análise é, no entanto, insustentável.

A história sempre foi um campo de batalha das ideias. Não é somente o futuro que está em disputa. A distinção entre aquilo que, no passado, foi progressivo, daquilo que foi regressivo deveria ser o cerne de qualquer investigação, historicamente, contextualizada. Mas é menos simples do que pode parecer.

Compreender na sequência, aparentemente, caótica das transformações, quais foram aquelas mudanças que abriram caminho para um mundo menos desigual, e aquelas que preservaram injustiças, deveria ser a primeira obrigação de uma pesquisa séria. A honestidade intelectual mais elementar é posta à prova na hora de separar o que foi progressivo do que foi reacionário.

Uma análise inspirada no marxismo deverá, com mais razão ainda, procurar discernir o significado e sentido das transformações. O que aconteceu pode e merece ser explicado, porque estava inserido em um campo de possibilidades. As crises econômicas do capitalismo não foram fatalidades naturais como os terremotos. O que é irrefutável é que a crise aberta em 2008 permanece longe do seu fim, e ninguém pode prever o custo destrutivo do que está por vir.

A mais séria de todas as crises do capitalismo foi, por suposto, a crise de 1929, de longe, a mais catastrófica. Os dez anos que se seguiram ao *crack* da Bolsa de Nova York foram a década mais sinistra da história contemporânea, e culminaram com a Segunda Guerra Mundial. A história sugere, todavia, que toda crise econômica séria do capitalismo produziu algum grau de instabilidade social e desestabilização política em cada um dos países atingidos e, mais frequentemente, em continentes inteiros. Entretanto, o impacto das crises econômicas mundiais nos últimos cem anos não afetou por igual as diferentes nações, e os sacrifícios impostos dentro de cada país foram distribuídos, desproporcionalmente, entre as classes, o que se traduziu em aumento da injustiça social.

As ondas de choque da destruição econômica, com suas terríveis sequelas sociais, foram menos catastróficas nas crises econômicas depois de 1929 porque as políticas keynesianas demonstraram maior eficiência na longa duração, amortecendo as consequências apocalípticas de uma depressão em toda a linha. Foi assim que surgiram os Bancos Centrais, que não existiam antes de 1929, e toda uma arquitetura financeira preventiva que demonstrou grande eficácia durante mais de três décadas. Contudo, essa armadura de proteção pela via do estímulo do consumo das famílias, e da demanda estatal desembocou em uma incontornável crise de crédito.

O keynesianismo fiscal dos últimos anos foi uma resposta preventiva ao temor de uma reação operária e popular ao desemprego em massa, se a recessão degenerasse em depressão. Melhor desvalorização do dólar do que desemprego acima de 20% da população economicamente ativa no desemprego nos EUA. Melhor emissão de títulos e aumento da dívida do que fábricas ocupadas. Melhor pressões inflacionárias do que marchas de centenas de milhares nas ruas. Melhores déficits fiscais do que greves gerais. Melhor políticas sociais compensatórias do que a queda de governos. Mas estas respostas de emergência culminaram em 2011 com o perigo do *default* na Grécia e Portugal, entre outros.

O endividamento do Estado não é senão a antecipação para o presente de receitas fiscais futuras, os impostos que serão pagos nos anos por vir e, em prazo mais longo, pelas futuras gerações. Ao contrário de empresas, Estados não podem falir, mas podem cair em situação de inadimplência por incapacidade de rolagem dos juros, com moratória das dívidas.

A hora da crise econômica e social: perigo e oportunidade

A hora das crises econômicas foi sempre um dos momentos no qual as possibilidades de transformações se aceleram. Os dirigentes dos Estados-chaves dentro da União Europeia não disfarçam, nem escondem sua determinação de que, para preservar seu lugar no sistema mundial, terão que recuperar posições no mercado mundial. No entanto, esta estratégia não pode ser indolor, portanto, conflitiva. Para que a Europa mantenha posições na repartição do bolo da riqueza no mercado mundial, outros continentes e países terão que perdê-las.

Historicamente, o repertório de políticas disponíveis para este reposicionamento foram cinco: (a) a redução substantiva do salário médio, pela via da redução do salário real, mesmo que o nominal não tenha variações (ou seja, a inflação), ou pela via do aumento da jornada não remunerada, pela pressão do desemprego elevado, ou seja, a elevação da extração de mais valia absoluta para elevar a competitividade de sua capacidade produtiva; (b) a aceleração do ciclo de renovação do capital fixo pela introdução de novas tecnologias que reduzam custos e diminuam a proporção de capital variável, aumentando a extração de mais valia relativa; (c) a ampliação da participação no mercado mundial pela via da expansão do comércio externo que compensaria a redução do consumo interno; (d) a diminuição dos custos produtivos pela deflação das importações de matérias-primas, gerando superávits no balanço de pagamentos; (e) a ampliação dos benefícios rentistas pela via da exportação de capitais, ou seja, do crescimento da financeirização.

Estas cinco estratégias têm crescentes limites de execução. Há um limite para o aumento da exploração. Esse limite não é fixo, não é rígido, porém, não é indefinido. Há um limite ao grau de exploração que, em cada nação, a classe dominante consegue impor ao proletariado, sem gravíssimos conflitos sociais. Este limite é político e remete à dimensão do tensionamento do que os “músculos e nervos” podem aguentar. São variáveis políticas e sociais que remetem à estabilidade dos regimes eleitorais. A Grécia viveu mais de 15 greves gerais em menos de dois anos. Essas greves, mesmo com os incêndios, e o suicídio de um aposentado em Atenas de 2012, assim como as greves gerais em Portugal e na Espanha entre 2011 e 2012, algumas das maiores de suas histórias nacionais, ainda ocorrem nos marcos de um controle dos aparatos sindicais, portanto, sem ameaça séria aos

regimes políticos de dominação do capital. A presença de uma extrema direita eleitoral com 20% dos votos nos países de língua germânica e escandinava deve ser interpretada, também, como um sinal de alerta amarelo.

Em segundo lugar, há limites para a imobilização de capital na forma de novos equipamentos e tecnologias, não só porque a pesquisa científica avança em seus próprios ritmos, mas porque os riscos de aceleração do aumento da capacidade produtiva são elevados em condições de aumento da concorrência, gerando ociosidade: produzir o quê, aonde, para vender para quem? Há limites, também, para a expansão da participação no mercado mundial. Nos últimos vinte anos o crescimento do volume do comércio internacional cresceu na proporção de 5,4% ao ano, segundo a OMC¹, enquanto o crescimento do PIB mundial foi um pouco superior a somente a metade desta taxa², mesmo considerando os elevadíssimos resultados de alguns países asiáticos, como China e Índia. Em quarto lugar, não parece simples que a Europa possa contar com uma deflação dos preços das matérias primas, em particular, da *commoditie* mais decisiva, o petróleo, em função dos conflitos geopolíticos internacionais. Por último, há limites para flexibilização financeira dos últimos trinta anos como ficou claro depois da falência do *Lehmann Brothers* em 2008, e o escândalo mundial dos CDS. A proposta de regulação dos paraísos fiscais ou de controle sobre os mercados de derivativos ficou suspensa no ar. A avalanche de capitais fictícios quase levou à destruição do sistema financeiro norte-americano, e por contágio o pânico quase mergulhou a economia mundial em depressão.³ Por isso, e porque há outras disputas de interesses entre os EUA e a Alemanha, há divergências táticas entre a política de Washington e Berlim: enquanto Obama impulsiona a expansão monetária, e favorece a desvalorização do dólar, Merkel a condena e defende a cotação do euro. A estratégia em vigor, portanto, merece ser qualificada como, uma “fuga em frente”, para ganhar tempo, e tem pouca consistência.

A estratégia da “fuga em frente” e seus limites históricos

Expliquemo-nos: na época contemporânea, nenhuma sociedade, por mais reacionárias que sejam as forças de inércia de sua classe dominante, pode permanecer imune, por muito tempo, à pressão por mudanças econômico-sociais e políticas, mas a mobilidade interna dentro do sistema revelou-se muito pouco elástica. Uma estratégia anti-

operária e antipopular de “fuga em frente” diminui, dramaticamente, a coesão social interna de uma nação, o que não pode fortalecer, na longa duração, sua estabilidade política, ou seja, que a enfraquece no sistema internacional de Estados. Em outras palavras, a consequência dos remédios pode ser pior do que os efeitos da doença.

Mudanças são necessárias, com maior ou menor intensidade, porque o capitalismo é um sistema que, na nossa época se estrutura na forma: (a) de um mercado mundial onde a divisão social do trabalho é muito desfavorável para a maioria das nações, e a desigualdade tende a aumentar; (b) de um sistema internacional de Estados extremadamente hierarquizado, em que as possibilidades dos Estados que estão na semi-periferia ou na periferia de elevar o patamar de sua inserção foi pequena. Em outras palavras, o capitalismo contemporâneo é uma ordem imperialista: perpetua desigualdades sociais e nacionais, o que significa que as injustiças e a tirania no mundo não estão diminuindo. Ao contrário, no centro e na periferia, simultaneamente, estão se agravando.

Quando a situação econômica se atenua em uma região, se deteriora em outra. O que merece ser destacado é que, quando uma classe dominante em um país se revela incapaz de realizar essas mudanças de forma negociada, ou seja, através de reformas, precipita-se uma situação de crise social. Quando as transformações são adiadas, a classe dominante ganha tempo, mas a nação entra em decadência. Mais grave, no entanto, é quando a classe dominante de uma nação não só demonstra ser incapaz de realizar as reformas, mas tenta liderar a implantação de contrarreformas que são a destruição das conquistas da geração anterior.

Um mercado mundial mais internacionalizado, um sistema de Estados mais rígido

A crise econômica aberta em 2008 passou por variadas fases, mas ainda permanece sem solução. É possível que a estagnação que atingiu os países centrais se prolongue, indefinidamente, ou até que os custos produtivos tenham caído a um patamar tão baixo que os investimentos na Europa, EUA e Japão voltem a ser atrativos. Os prazos para que este processo seja concluído podem mais rápidos ou mais curtos, condicionados pelas possibilidades políticas e sociais de fazer o ajuste regressivo sem provocar instabilidade social incontrolável.

A mobilidade econômica no mundo, nos últimos trinta anos, foi maior do que a mobilidade política. As transformações na morfologia do mercado mundial, o espaço onde se disputa o papel de cada nação na divisão internacional do trabalho, continuam sendo muito mais aceleradas que as modificações no sistema de Estados. Em condições de relativa estabilidade, ou seja, enquanto o impacto da crise econômica não se desdobra em situações de revolução ou guerra, a política permanece mais lenta que a economia. Em outras palavras, o sistema internacional de Estados foi, historicamente, mais resistente que o mercado mundial.

O lugar de cada país no Sistema Internacional de Estados, quando se precipitaram as crises econômicas mais sérias do século XX dependeu de quatro variáveis estratégicas: (a) as dimensões de suas economias, ou seja, os estoques de capital, os recursos naturais – como o território, as reservas de terras, os recursos minerais, a autossuficiência energética etc. – e humanos – entre estes, sua força demográfica e o estágio cultural da nação – assim como a dinâmica, maior ou menor, de desenvolvimento da indústria, ou seja, *sua posição no mercado mundial*; (b) a estabilidade política e social, maior ou menor, dentro de cada país, ou seja, *a capacidade de cada classe dominante de defender, internamente, o seu regime de dominação preservando a ordem*; (c) as dimensões e a capacidade de cada Estado em manter o controle de suas áreas de influência, ou seja, sua força militar de dissuasão, que depende não só do domínio da técnica militar ou da qualidade das suas Forças Armadas, mas do, maior ou menor grau de coesão social da sociedade, portanto, *da capacidade do Estado de convencer a maioria do povo da necessidade da guerra*; (d) as alianças de longa duração dos Estados uns com os outros, e a relação de forças que resultaram dos blocos formais e informais, ou seja, *sua rede de coalizão*.

Deslocamentos no sistema mundial de Estados e no mercado mundial

Na sequência da crise dos anos setenta do século XX, a situação europeia de estagflação potenciou a queda das ditaduras na Península Ibérica – onde se abriram situações revolucionárias - e na Grécia e, finalmente, a crise das ditaduras no Cone sul da América do Sul. Regimes duradouros, mantidos pelo apoio de Washington durante as décadas da guerra fria, como a ditadura de Somoza na Nicarágua e do Xá Reza Palehvi no

Irã, foram derrubados por revoluções democráticas. O Japão se fortaleceu no mercado mundial, enquanto a Europa se debilitava.

A primeira crise econômica do século XXI sugere que iremos passar nos próximos anos por grandes transformações no sistema internacional de Estados, e até nas posições de cada economia no mercado mundial. A primeira delas foi a derrota do projeto político que Bush, à frente da Casa Branca, empunhou na última década. A eleição de Obama significou para o imperialismo norte-americano a necessidade de admitir o fracasso de sua ocupação militar no Iraque. Mas a iraquização no Afeganistão continua um desafio sem solução militar.

Os EUA procuram ganhar posições de força militar contra a crescente resistência do Taleban, mas seus aliados britânicos já reconheceram que negociações com a ala moderada do Taleban seria incontornável. A tendência à talebanização do regime iraniano cresce depois da fraude das últimas eleições. A fascistização do Estado de Israel torna cada vez mais insustentável a política do sionismo, e provoca um aumento da iranização da resistência palestina, ameaçando a preservação da ditadura no Egito, o país árabe mais populoso do Oriente Médio, que se palestinizava.

A necessidade de uma maior coordenação entre o governo dos EUA e os da União Europeia deu um salto com a crise. A injeção de trilhões de dólares permitiu evitar, pelo menos entre 2008/2012, transitoriamente, um salto da recessão em depressão. Mas não só não está ainda garantida uma recuperação da economia, interrompendo o crescimento do desemprego, como existem novos perigos nas emissões de moeda e no crescimento das dívidas públicas. A desvalorização do dólar tem significado uma redução do salário médio dos trabalhadores norte-americanos, e um barateamento das exportações dos EUA, mas provoca pressões inflacionárias e desvalorização de capitais para os portadores dos títulos do FED, ameaçando a posição do dólar como moeda de reserva.

Nesse sentido, os EUA se europeízam, economicamente, porque a última fortaleza do capitalismo mundial – pela primeira vez desde os anos trinta – se vê obrigada a conviver com taxas de desemprego iguais a 10% da população economicamente ativa. A derrota do projeto da ALCA no período histórico anterior foi a expressão, também, de uma nova relação de forças na América do Sul, que viu surgir governos mais independentes de Washington na Venezuela, Bolívia e Equador. A latino-americanização da situação social no Leste europeu, com o avanço da desigualdade social, indica que um novo elo frágil

surgiu no sistema de Estados. Ninguém pode prever as consequências sociais que teria para a ditadura chinesa uma interrupção do intenso crescimento dos últimos quinze anos.

Economistas e historiadores

Ensina a sabedoria popular que todos os ofícios têm os seus vícios. Economistas e historiadores têm perspectivas um pouco distintas, quando o tema é a relação entre crise econômica e conflitos sociais. Não têm dificuldade em reconhecer que a conflitividade social aumenta, tendencialmente, quando o impacto das crises econômicas deteriora as condições de existência da classe trabalhadora. No entanto, mesmo se inspirados na tradição marxista, os enfoques são diferentes. São muitas as razões para os desencontros, mas arriscamos dizer que há duas principais.

A primeira é que, nos últimos cem anos, existiram muito mais crises econômicas do que colapsos sociais graves. As crises econômicas do capitalismo foram recorrentes, mas só em circunstâncias excepcionais precipitaram situações revolucionárias. As crises de subprodução das sociedades pré-industrializadas foram condicionadas pelas flutuações do mundo agrário – erosão do solo, secas, inundações, terremotos, epidemias – ou pelas pulsações das crises políticas e guerras, ou seja, fatores exógenos à vida econômica, portanto, aleatórias. As crises da era do capital foram provocadas por razões endógenas, e assumiram a forma de ciclos regulares. Estas colisões destrutivas de superacumulação de capital e superprodução de mercadorias têm sido previsíveis há cento e cinquenta anos, e encontra-se disponível um amplo repertório de conhecimento de distintas orientações para compreendê-las. As explicações de porque em algumas sociedades as crises econômicas foram um gatilho do mal estar social, e em outras não, são muitas e repousam nas histórias prévias de cada nação.

A segunda é que os economistas foram educados para não se impressionar com o drama “externo” dos acontecimentos. Procuram por educação profissional as leis “internas” do sistema capitalista: as regularidades, os ciclos, ou seja, a manifestação de um padrão previsível. Historiadores marxistas têm outra inclinação teórica: se entusiasmam em descobrir na sequência, aparentemente, desordenada, confusa ou caótica dos fatos, um fio condutor de explicação que remete à luta de classes. Contextualizam as crises econômicas

procurando periodizações que devem considerar outras variáveis, além das determinações mais estritamente objetivas.

O certo é que as crises econômicas do mundo contemporâneo foram condição necessária da abertura de situações revolucionárias, mas não foram razão suficiente para que um povo estivesse disposto a fazer uma revolução e derrubar um governo. Na verdade, em condições normais de dominação, pelo menos até à II Guerra Mundial, os sacrifícios impostos ao modo de vida das classes populares naqueles países ainda em processo de transição de economias agrárias para economias urbanas – ou seja, quase toda a América Latina, Ásia e África e, talvez, áreas da Europa do Mediterrâneo – eram absorvidos sem maior tensão como temporários, por variadas razões. Ou porque a percepção de uma injustiça muito grave não ficava clara, ou porque pareciam poder ser compensados adiante quando de uma recuperação, ou porque ainda era possível um retorno transitório ao mundo rural, ou porque as direções políticas dos trabalhadores inibiam ou freavam a agudização do protesto social. Nos países plenamente urbanizados foi muito mais difícil conter a desestabilização social provocada pelas crises econômicas como ficou claro depois da tragédia alemã nos imediatos a 1929 (HOBSBAWM, 1985).

Não nos deve surpreender, portanto, se economistas e historiadores não falam a mesma língua. Economistas fazem relatórios, historiadores escrevem narrativas. Embora estejam igualmente comprometidos na busca de explicações, têm fontes, métodos e, sobretudo, estilos diferentes. Uns tentam registrar o que foi. Outros se arriscam em reconstituir o passado para explicá-lo. Economistas consideram com mais facilidade que existem recorrências nos processos históricos. Reconhecem tendências, formulam sequências, encontram ciclos, descobrem padrões. Historiadores sublinham rupturas, desvendam segredos, procuram peculiaridades, enfatizam anomalias. Claro que, quando historiadores se inclinam por análises deterministas, podem ser até mais fatalistas que os economistas. Mas, não parece injusto dizer que, em geral, os economistas consideram mais simples admitir a centralidade da força de pressão econômica como chave da análise do passado. E projetam para o futuro previsões com mais rapidez.

Economistas podem ser teoricamente mais otimistas em suas investigações (otimistas no sentido da autoconfiança em relação às suas conclusões), porque assumem como tese presumida que os comportamentos dos indivíduos são racionais e previsíveis. Mesmo quando consentem que a sociedade moderna está dividida em classes, e admitem

como premissa que as decisões que os indivíduos tomam estão condicionadas pelas pressões de classe, preferem considerar que as classes são coerentes com seus interesses. Em outras palavras, desprezam as inconsistências que se manifestam entre as situações que uma classe vive, efetivamente, e o grau de consciência que esta classe conseguiu construir sobre seus interesses. O perigo metodológico do economicismo é imaginar que, na vida social, as mesmas causas provocam, essencialmente, as mesmas consequências, e construir um modelo teórico esvaziado de tempo e de espaço, onde as classes de carne e osso e suas lutas desaparecem. Quando o tema são as crises econômicas o risco de uma análise economicista consiste em ignorar que na história há regularidades, mas não há *replays*, não são possíveis repetições.

Já historiadores aprenderam a conviver com a insegurança teórica, porque aceitam que não há correspondência direta entre os interesses econômicos e o comportamento político das classes. Uma classe dominante ou dominada pode agir contra suas aspirações imediatas em troca de recompensas futuras, ou o contrário, pode sacrificar suas perspectivas em função do imediatismo de suas necessidades, dependendo de muitos fatores, entre eles a qualidade recíproca das direções das classes em luta. Historiadores olham os conflitos privilegiando a análise da relação política de forças em que as classes sociais travaram suas lutas, e reconstruindo os campos de possibilidades que estavam colocados em uma situação determinada. Quando se deixam cegar pela paixão pelo seu tema, historiadores podem ser demasiado condescendentes com o passado e, se devorados pelo ceticismo, perigosamente cínicos.

Limite das análises economicistas

Não obstante, não foi um tema especialmente polêmico na historiografia reconhecer que as crises econômicas nas sociedades contemporâneas urbanizadas foram, tendencialmente, parteiras de conflitos sociais e, em circunstâncias mais raras, de situações revolucionárias. Recessões são interrupções destrutivas. São, potencialmente, um momento de máxima vulnerabilidade do capitalismo. Os choques na capacidade produtiva geram mudanças imediatas nas relações de forças, porque a saída da crise aumenta a competição entre as empresas e os Estados, e exige um aumento da exploração dos trabalhadores.

Quando estes não encontram condições de se defender, o sistema ganha tempo histórico de se recuperar.

O limite histórico do capital foi e permanece sendo o limite de sua valorização. Sua expansão dependeu da possibilidade de extração de mais valia pela desvalorização salarial ou pelo aumento da intensidade do trabalho; da possibilidade de diminuir os custos da reprodução do trabalho pelo barateamento das mercadorias que respondem pelo consumo popular; da capacidade de aumentar a produtividade pela substituição do trabalho vivo por trabalho morto; da expansão do mercado mundial; e do aumento da financeirização.

Não há, todavia, inovação técnica que, por si mesma, seja suficiente para preservar o capitalismo. A introdução de novas tecnologias não permite inverter a queda da taxa média de lucro que regula a pulsação do capital. Os limites de expansão do mercado mundial estão se esgotando nas últimas fronteiras na Ásia e África. Os perigos de uma financeirização desregulada se manifestaram de forma aguda nesta última crise econômica.

Resumindo, sem aumentar a exploração do trabalho, e sem a proteção dos países no centro do mercado mundial pela elevação da transferência de riqueza da periferia, o capitalismo não tem futuro. A expropriação do trabalho deve ser considerada, todavia, na escala do mercado mundial. A exportação dos custos das crises para os países periféricos foi um dos recursos históricos dos países imperialistas para preservar a governabilidade no centro do sistema. Mas teve e tem, também, os seus limites. As burguesias nacionais nos países semi-coloniais, sobretudo naqueles em que a maioria da população já foi urbanizada, não podem arriscar confrontos sociais com seus trabalhadores sem cálculos políticos cautelosos. Não existe, portanto, uma saída estritamente econômica para as crises. A saída de cada crise depende de um desenlace político-social.

Na época contemporânea, essa possibilidade de aumentar a extração de mais valia foi condicionada, portanto, pelo grau de radicalização da luta de classes. O capital aprendeu com a experiência das crises econômicas anteriores, e teme os perigos do desgoverno. A classe trabalhadora não pode, também, assistir à destruição de suas conquistas sem feroz resistência. O desenlace desta crise permanece, portanto, ainda em aberto.

Referências

HOBSBAWM, Eric J. História do Marxismo VI: **o Marxismo na época da Terceira Internacional – Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares**. Trad. Carlos Néilson Coutinho [et alli]. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Notas

¹ O site da Organização Mundial do Comércio oferece estatísticas para o crescimento do comércio mundial que podem ser pesquisadas em: <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBViewData.aspx?Language=E>. Consulta em março de 2012.

² O site das Nações Unidas oferece estatísticas com séries anuais que recuam de 2011 até 1946, e podem ser pesquisados em: http://data.un.org/Data.aspx?q=Gross+Domestic+Product&d=SNA&f=group_code%3a401%3bitem_code%3a8. Consulta em março de 2012.

³ Derivativos são ativos financeiros que derivam do valor de outro ativo financeiro ou mercadoria. Podem ser, também, operações financeiras que tenham como base de negociação o preço de um ativo – títulos de dívidas públicas ou privadas, moedas, commodities – negociado nos mercados futuros. De todos os derivativos, os mais perigosos parecem ser os *swaps* (em inglês, *credit default swaps*, CDS). Os *swaps* são uma cobertura de risco, algo parecido a uma apólice de seguro para cobrir (em inglês, fazer *hedge*) uma possível moratória de dívida. Mas, há grandes diferenças com os seguros. Estas operações não estão reguladas. As instituições que oferecem este tipo de contratos não estão obrigadas a manter reservas relacionadas com estas operações. Os CDS foram inventados pelos bancos precisamente para evitar as exigências sobre reservas. Se outra instituição absorvia o risco (em troca de um prêmio), o banco podia liberar suas reservas. Os CDS foram usados, também, para contornar as restrições que os fundos de pensão tinham para emprestar recursos a empresas com uma qualificação de risco insuficiente. A crise atual se manifestou como crise financeira quando ocorreu a desvalorização destes papéis, ou seja, quando começaram a derreter os capitais fictícios. Um estudo do banco *Morgan Stanley* informa que o volume dos contratos de CDS chegará, em 2012 e 2013, a uma altura, respectivamente, de 3.2 e 3.3 trilhões de dólares. Em 2010 e 2011, estes estoques serão de até de 1,3 e 1,6 trilhões. Disponível em: <http://www.alencontre.org/index.html> (consulta em março de 2012).

Sobre o autor

Valério Arcary é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor efetivo do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Pesquisador da história do marxismo e das revoluções do século XX